



**DELIBERAÇÕES TOMADAS NO  
PLENÁRIO DE 09-01-2024  
Nota Informativa**



DELIBERAÇÕES TOMADAS

PLENÁRIO DE 09 DE JANEIRO DE 2024



**DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-01-2024**  
**Nota Informativa**

**Na Sessão de Plenário Ordinário de 09-01-2024 estiveram presentes:**

**PRESIDENTE** - Juiz Conselheiro Dr. Henrique Luís de Brito de Araújo

**VICE-PRESIDENTE** - Juiz Conselheiro Dr. Luís Miguel Ferreira de Azevedo Mendes

**VOGAIS INDICADOS PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA** – Prof. Doutor José Manuel Moreira Cardoso da Costa; Juíza Conselheira Dra. Graça Maria Lima de Figueiredo Amaral

**VOGAIS ELEITOS PELA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA** – Prof. Doutor António Alberto Vieira Cura; Dr. António José Barradas Leitão; Dr. André Filipe Oliveira de Miranda; Prof<sup>a</sup> Doutora Inês Ferreira Leite; Prof. Doutor Fernando Licínio Lopes Martins

**VOGAIS ELEITOS PELOS MAGISTRADOS JUDICIAIS** – Juíza Desembargadora Dra. Ana Isabel de Azeredo Rodrigues Coelho Fernandes da Silva; Juiz Desembargador Dr. Filipe Manuel Nunes Caroço; Juiz de Direito Dr. Tiago Rafael da Silva Moura Pires Pereira; Juíza de Direito Dra. Rita Fabiana de Figueiredo e Castro da Mota Soares; Juiz de Direito Dr. Júlio Gantes Gonçalves da Costa; Juíza de Direito Dra. Raquel Patrícia Rocha de Matos Rolo

**JUÍZA SECRETÁRIA**- Juíza de Direito Ana Cristina Dias Chambel Matias

**FUNCIONÁRIOS** – José António Carvalho Martins; Florbela Trindade

\*



## DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-01-2024

### Nota Informativa

**Na Sessão de Plenário de 09/01/2024, com início pelas 10h15m, o Conselho Superior da Magistratura tomou as seguintes deliberações:**

\*

1 - Foi deliberado por unanimidade aprovar o projeto de deliberação em que foi relator o Exmo. Sr. Vogal Dr. Júlio Gantes relativamente ao incidente de aceleração processual formulado por Alice Maria Pereira Gonçalves, no sentido de indeferir por falta de legitimidade.

2 - Foi deliberado por maioria autorizar nos termos do disposto nos artigos 61.º, n.º 1 e 2, alínea h), 62.º, n.º 1 e 63.º, n.º 5 do Estatuto dos Magistrados Judiciais a nomeação, em comissão de serviço, da Sra. Juíza de Direito Soledade Mafalda Santos Silva Rio, como Assessora do Gabinete de Juízes daquele Tribunal, com efeitos a partir do dia seguinte ao da comunicação desta autorização.

3 - Foi deliberado por maioria ao abrigo do disposto nos artigos 61.º, n.º 1 e 2, alínea h), 62.º, n.º 1 e 63.º, n.º 5 do Estatuto dos Magistrados Judiciais, autorizar a nomeação, em comissão de serviço, da Sra. Juíza de Direito Liliana Sofia Novais Capela, como Assessora do Gabinete do Senhor Vice-Presidente daquele Tribunal, com efeitos a partir do dia 26 de fevereiro de 2024.

4 - Foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento da comunicação remetida pelo Exmo. Senhor Juiz Conselheiro Jubilado, Dr. João Manuel da Silva Miguel, que vem, para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 8.º-A, relativo a Incompatibilidades, do Estatuto dos Magistrados Judiciais, de que foi eleito presidente do Conselho de Administração da Fundação Manuel Viegas Guerreiro (FMVG), em reunião do seu Conselho Geral do dia 21 de dezembro pp.

5 - Foi deliberado por unanimidade autorizar a renovação do exercício, em regime de comissão de serviço, no cargo de Vice-Presidente do Conselho dos Oficiais de Justiça, do Exmo. Senhor Juiz de Direito Dr. Rodolfo Santos de Serpa, pelo período de 1 ano e com efeitos a 18 de janeiro de 2024, tendo em consideração o prazo previsto no n.º 1 do artigo 63.º da Lei n.º 21/85, de 30 de julho e a comissão que se encontra em curso.



## DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-01-2024

### Nota Informativa

6 - Foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Exmo. Senhor Vice-Presidente de 03.01.2024, que homologou, considerada a urgência, a medida propugnada pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente da Comarca de Lisboa, determinando a imediata suspensão total da distribuição à Exma. Senhora Juiz Filipa Araújo (titular do lugar de Juiz 15 do Juízo Central Criminal de Lisboa), até 31 de agosto de 2024, e suspensão da distribuição de processos de natureza urgente aos lugares de Juiz 13 e Juiz 14 do mesmo Juízo Central, ambos a partir de janeiro e até final de março de 2024 (de modo a permitir ao Tribunal coletivo em apreço, a realização do serviço já agendado e o cumprimento do agendamento e realização da audiência de julgamento no âmbito dos processos em causa).

7 - Foi deliberado por unanimidade concordar com a proposta da Exma. Sra. Juíza Desembargadora Dra. Ana de Azeredo Coelho, atenta a exposição apresentada pelos jornalistas Carlos Rodrigues Lima e Henrique Machado e, em consequência, determinar a realização de uma averiguação com o objeto identificado na proposta, nomeando-se o Exmo. Senhor Juiz Conselheiro Jubilado Dr. António Alexandre dos Reis, como Inspetor Judicial Extraordinário para a sua instrução.

8 - Foi deliberado por unanimidade autorizar o Exmo. Senhor Juiz Desembargador Jubilado Dr. Cláudio de Jesus Ximenes, a integrar um Grupo de Trabalho para a Avaliação da Situação do Sector da Justiça de Timor-Leste.

9 - Foi deliberado por unanimidade concordar com a proposta do Exmo. Senhor Vogal Dr. Tiago Pereira e assim designar para membros efetivo e suplente da Comissão das Cláusulas Contratuais Gerais, em representação do Conselho Superior da Magistratura, respetivamente, as Exmas. Sras. Juízas de Direito Dra. Rute Isabel da Piedade Santos Saraiva (titular do lugar de Juiz 2 do Juízo Central Cível de Almada e que tem já trabalho publicado sobre questões conexas com as cláusulas contratuais gerais) e a Dra. Marta Ratola Capela Deus (Juíza do Quadro Complementar de Lisboa, colocada como auxiliar no Juízo Central Cível de Loures), as quais comunicaram aceitar a indicação.

10 - Foi deliberado por unanimidade aprovar o projeto de deliberação do Exmo. Senhor Vogal Prof. Doutor Vieira Cura que contém o seguinte trecho decisório: “delibera o Plenário do Conselho Superior da Magistratura indeferir o requerimento de junção de elementos documentais formulado pela Impugnante, Senhora Juiz de Direito Dr.<sup>a</sup> Ana Cristina Chinita Rodrigues, no requerimento impugnatório e considerar improcedente a impugnação da deliberação tomada pela Secção de Assuntos Inspetivos e Disciplinares na sua reunião de 31-10-2023, que lhe atribuiu a



## DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-01-2024

### Nota Informativa

classificação de «BOM COM DISTINÇÃO», pelo serviço prestado no período que decorreu entre 01-12-2018 e 28-03-2023. ”

11 - Foi deliberado por unanimidade aprovar o projeto de deliberação da Exma. Senhora Vogal Dra. Rita Mota Soares que contém o seguinte trecho decisório: “Pelo exposto, o Plenário do Conselho Superior da Magistratura delibera indeferir a impugnação administrativa apresentada pelo Ex.mo Sr. Juiz de Direito António Gabriel Baptista dos Santos.”

12 - Foi deliberado por maioria aprovar o projeto de deliberação do Exmo. Senhor Vogal Dr. Júlio Gantes que contém o seguinte trecho decisório: *“Tudo visto e ponderado, delibera o Plenário do Conselho Superior da Magistratura atribuir à Exma. Senhora Juiz de Direito, Dra. XXX pelo seu desempenho no período compreendido entre 17 de dezembro de 2020 e 19 de Abril de 2023 no Tribunal Judicial da Comarca do Porto – Juízo Local Cível de Matosinhos – Juiz 1, a classificação de “Suficiente.”*

13 - *Foi deliberado por unanimidade aprovar o projeto de deliberação do Exmo. Senhor Vogal Dr. Tiago Pereira que contém o seguinte trecho decisório: “Tudo visto e ponderado, o Plenário do Conselho Superior da Magistratura delibera, na improcedência da impugnação apresentada, manter à Excelentíssima Senhora Juíza de Direito XXX, pelo serviço prestado no período compreendido entre 1 de dezembro de 2016 e 4 de abril de 2021, a classificação de “Suficiente”.*

14 - Foi deliberado por unanimidade concordar com o projeto elaborado pela Exma. Vogal Dra. Rita Mota Soares de indeferimento da impugnação administrativa apresentada pelo Exmo. Senhor Dr. Miguel José Martins Barreira Fernandes.

15 - Foi deliberado por unanimidade autorizar o Exmo. Senhor Juiz Desembargador Jubilado Dr. Jaime Ferdinando de Castro Pestana, nos termos do disposto no 8.º-A do Estatuto dos Magistrados Judiciais, a presidir ao Conselho do Centro de Arbitragem da Associação Industrial e Comercial do Funchal.

16 – Foi deliberado indeferir o pedido do Exmo. Senhor Juiz Desembargador Dr. Carlos Manuel Rodrigues Correia de Oliveira que solicita autorização para desempenhar funções no Tribunal da Relação do Porto, Secção Cível, em acumulação com as atuais funções de Juiz Presidente do



## DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-01-2024

### Nota Informativa

Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra, enaltecendo-se, no entanto e por unanimidade, a iniciativa do Exmo. Sr. Presidente.

17 - Foi deliberada por unanimidade a seguinte nomeação de Juizes Conselheiros para o Supremo Tribunal de Justiça:

- Pelo 3.º concorrente voluntário graduado, o *Procurador-geral-adjunto Celso José das Neves Manata*, que deverá ser nomeado Juiz Conselheiro nos termos da alínea b) do n.º 7 do artigo 52.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais, na alteração introduzida pela Lei n.º 67/2019, de 27 de agosto;

- Pelo 10.º concorrente necessário graduado, o *Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa, Antero Luís*, que deverá ser nomeado Juiz Conselheiro nos termos da alínea a) do n.º 7 do artigo 52.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais, na alteração introduzida pela Lei n.º 67/2019, de 27 de agosto;

- Pela 11.ª concorrente necessária graduada, a *Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação de Lisboa, Maria do Rosário Pita Pegado Gonçalves*, que deverá ser nomeada Juíza Conselheira nos termos da alínea a) do n.º 7 do artigo 52.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais, na alteração introduzida pela Lei n.º 67/2019, de 27 de agosto;

- Pela 12.ª concorrente necessária graduada, a *Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação do Porto, Paula Alexandra Pinheiro Gaspar Leal Sotto Mayor de Carvalho*, que deverá ser nomeada Juíza Conselheira nos termos da alínea a) do n.º 7 do artigo 52.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais, na alteração introduzida pela Lei n.º 67/2019, de 27 de agosto.

18 - Foi deliberado por unanimidade concordar com a criação de um grupo de trabalho constituído pela Exma. Sra. Dra. Rita Mota Soares, Exmo. Sr. Dr. Júlio Gante, Exmo. Sr. Dr. Barradas Leitão e Exmo. Sr. Prof. Doutor Vieira Cura para elaboração de um novo Regulamento Interno do Conselho Superior da Magistratura.

19 - Foi deliberado por unanimidade nos termos do art.º 149.º, n.º 1, alínea j) do Estatuto dos Magistrados Judiciais, circular pelos Exmos. Senhores Presidentes dos Tribunais da Relação o esquema informativo de levantamento e registo constante da proposta, a fim de ser preenchido e remetido semestralmente ao Conselho Superior da Magistratura.



## DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-01-2024

### Nota Informativa

20 - Foi deliberado por unanimidade não proceder à renovação da comissão de serviço como inspetor judicial do Exmo. Senhor Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Guimarães, Dr. João António Peres de Oliveira Coelho, uma vez que nos termos do disposto no artigo 63.º, n.º 1 do Estatuto dos Magistrados Judiciais ter já sido renovada por uma vez a respetiva comissão de serviço.

21 - Foi deliberado por unanimidade proceder à renovação da comissão de serviço nos termos do disposto no artigo 63.º, n.º 1 do Estatuto dos Magistrados Judiciais e 28.º do Regulamento dos Serviços de Inspeção, do Exmo. Senhor Inspetor Judicial Juiz Desembargador do Tribunal da Relação do Porto, Dr. Joel Timóteo Ramos Pereira, na 16ª área, por mais três anos, com efeitos a 12 de março de 2024.

22 - Foi deliberado por unanimidade proceder à renovação da comissão de serviço nos termos do disposto no artigo 63.º, n.º 1 do Estatuto dos Magistrados Judiciais e 28.º do Regulamento dos Serviços de Inspeção, da Exma. Senhora Inspetora Judicial Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação de Guimarães, Dra. Margarida Paula Ferreira Leitão e Sousa, na 6ª área, por mais três anos, com efeitos a 09 de abril de 2024.

23 - Foi deliberado nomear o *Exmo. Contra-Almirante Fernando Jorge Ferreira Seuanes* como Juiz Militar, no Tribunal da Relação de Lisboa, ramo da Marinha.

24 - Foi deliberado nomear o *Exmo. Major-General José Luís de Sousa Dias Gonçalves*, como Juiz Militar, no Tribunal da Relação do Porto, ramo do Exército.

25 - Foi deliberado nomear o *Exmo. Contra-Almirante Valentim José Pires Antunes Rodrigues*, como Juiz Militar, no Tribunal da Relação do Porto, ramo da Marinha.

26 - Foi deliberado por unanimidade concordar com a proposta da Exma. Sra. Dra. Ana Sofia Bastos Wengorovious relativa ao projeto de acordo de Tratamento de Dados Pessoais com o IGFEJ e, em conformidade, divulgar a mesma pelos Exmos. Senhores Presidentes dos Tribunais da Relação bem como pelos Exmos. Senhores Presidentes dos Tribunais de comarca.



## DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 09-01-2024

### Nota Informativa

27 - Foi deliberado por maioria indeferir o pedido formulado pelo Exmo. Sr. Juiz de Direito XXX para exercer o cargo de Presidente do Conselho de Justiça da Federação Portuguesa de Atletismo, uma vez que não se encontra cabalmente demonstrado que o exercício dessas funções não acarrete prejuízo para o serviço.

28 - Foi deliberado por unanimidade concordar com a proposta da Exma. Sra. Juíza Desembargadora Dra. Ana de Azeredo Coelho, relativamente à prolação de decisões nos processos distribuídos ao Exmo. Senhor Desembargador Dr. XXX no Tribunal da Relação de XXX e assim:

- Determina-se que a suspensão da distribuição se mantenha até à prolação das decisões nos dois processos não redistribuídos (NUIPC XXX e XXX) e nunca depois de 31 de janeiro, sem prejuízo do que resultar da informação a solicitar ao processo de averiguação;

- Seja elaborada informação sumária e meramente indiciária sobre o objeto do processo de averiguação, a prestar até 31 de janeiro.

29 - Foi deliberado por unanimidade homologar o Plano Individual de Estágio respeitante à Juíza de Direito em regime de estágio, XXX, que concluiu o 2.º Ciclo do curso de formação teórico-prática, do 37.º Curso de Formação para os Tribunais Judiciais, em 26 de novembro de 2023 e solicitar ao Centro de Estudos Judiciários informação trimestral relativamente à evolução da Exma. Sra. Juíza estagiária.

O Senhor Presidente do Conselho Superior da Magistratura, designou o próximo dia 6 de fevereiro de 2024, pelas 10,00 horas para a realização do Plenário Ordinário e o dia 30 de janeiro de 2024, pelas 10,00 horas para a realização da Secção de Assuntos Inspetivos e Disciplinares do Conselho Permanente e as 11,30 horas para a realização da Secção de Acompanhamento e de Ligação aos Tribunais do Conselho Permanente.

**Lisboa, 12 de março de 2024.**

**A Juíza-Secretária do Conselho Superior da Magistratura,**

**Ana Chambel Matias**